

Alex Fernandes Magalhães

**A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
IMATERIAL NAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO EM
MINAS GERAIS**

Belo Horizonte

2006

Alex Fernandes Magalhães

**A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
IMATERIAL NAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO EM
MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito final para obtenção do título de mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social.

Linha de Pesquisa: Cultura, identidade e processos da subjetivação.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Mahfoud.

Belo Horizonte

2006

150 Magalhães, Alex Fernandes
M188c A construção do patrimônio cultural imaterial nas políticas
2006 de preservação em Minas Gerais [manuscrito] / Alex Fernandes
Magalhães. – 2006.

188. f.

Orientador: Miguel Mahfoud.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Psicologia – Teses 2. Psicologia social - Teses 3. Patrimonio
cultural - Proteção - Teses I. Mahfoud, Miguel

II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título

Estudar a cultura brasileira é, acima de tudo, um ato de dedicação...

A ela, portanto, este trabalho, por sua significação em mim.

Agradecimentos

À CAPES, pelo apoio financeiro no decorrer da pesquisa;

Aos funcionários do Colegiado de Pós-graduação em Psicologia, da Seção de Ensino de Pós-graduação da FAFICH e da Biblioteca da FAFICH, especialmente a Elizabete Maria de Amorim Felicíssimo, a Alessandro Magno da Silva e a Vilma Carvalho, já que, sem eles, o processo teria sido muito mais difícil. Obrigado pela compreensão, auxílio e carinho;

Ao Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado, pelo apoio inicial;

Aos amigos e colegas de mestrado, com quem compartilhei bons momentos de reflexão e, por que não dizer, também momentos de angústia... Obrigado a Henriqueta Couto, Cíntia Teixeira, Alane Michelini, Mônica Soares, Achilles Gonçalves, Shyrleen Christieny e tantos outros;

Ao amigo Gustavo Côrtes e ao Grupo Sarandeiros, por todos os anos juntos, possibilitando-me pesquisar e conhecer cada vez mais a cultura do Brasil;

A Marly Galletti e meus queridos alunos do Colégio Santo Agostinho, que tornaram meus desejos artísticos, pautados nas apreensões culturais com o Sarandeiros, em possibilidades reais;

Aos amigos Karinne Regis Duarte, Gustavo Saporetti, Maria Elisa Medeiros, entre outros, pelo carinho e companheirismo durante este processo;

Aos amigos e colegas de trabalho da UNIPAC – Barbacena, pelo carinho e solidariedade ao final desta pesquisa;

A Ângela Dolabela, por ser o intermédio entre mim e o IEPHA – MG, o que possibilitou a realização desta pesquisa;

Aos técnicos do IEPHA – MG, pelo acolhimento e auxílio. Espero que esta pesquisa possa nos valer bons frutos;

Ao Prof. Dr. Adriano Roberto Afonso Nascimento, pela disponibilidade, acolhimento, compreensão e auxílio;

À Prof^a. Regina Helena Alves da Silva, pelas contribuições no decorrer da pesquisa e na banca de qualificação do projeto;

Ao meu orientador, Prof. Dr. Miguel Mahfoud. Por acreditar em mim, pelo exemplo de sabedoria e por me acolher em momentos difíceis;

Aos meus pais, pelo esforço em toda e qualquer circunstância, a fim de me proporcionar o melhor, sempre;

A todos que participaram, me aconselharam e comigo dividiram momentos deste processo, mesmo que indiretamente;

Aos amigos Bruno Meira D’Albuquerque, Rainer Couto e Érika Lourenço, pelo apoio e pelo carinho nos momentos finais de entrega deste trabalho;

A Deus e a lemanjá, por todo o sucesso e todas as bênçãos que me concedem.
Odô yιά!

Descobrimento

*Abancado à escrivaninha em São Paulo
Na minha casa da Rua Lopes Chaves
De repente senti um friúme por dentro.
Fiquei trêmulo, muito comovido
Com o livro palerma olhando pra mim.
Não vê que me lembrei que lá no norte, meu Deus! Muito longe de mim
Na escuridão ativa da noite que caiu
Um homem pálido, magro, de cabelo escorrendo nos olhos,
Depois de fazer uma pele com a borracha do dia,
Faz pouco se deitou, está dormindo.
Esse homem é brasileiro que nem eu.*

Mário de Andrade.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de construção do patrimônio cultural imaterial nas políticas públicas de preservação em Minas Gerais, verificando o sentido a ele atribuído. Adotou-se aqui uma análise qualitativa de conteúdo de entrevistas semi-estruturadas realizadas com técnicos responsáveis pelo levantamento e registro de bens patrimoniais do IEPHA – MG. Tomaram-se como objetos de análise os casos do queijo do Serro – MG, da cachaça mineira e da lei de ICMS a fim de se verificar elementos comuns significativos que se presentificam e marcam os processos políticos de preservação de patrimônio imaterial no estado de Minas Gerais. Buscou-se, ainda, ressaltar as contribuições que possam ser trazidas pela Psicologia Social aos estudos que contemplem as discussões sobre a preservação de patrimônio histórico-cultural no Brasil. Para tanto, discutiram-se aqui alguns temas como patrimônio cultural, identidade cultural, memória coletiva e tradição, numa perspectiva construcionista e interdisciplinar, o que possibilitou análises pautadas numa sustentação teórica concisa, atendendo, assim, aos objetivos deste trabalho. Percebeu-se, ao final da análise e nas inferências que dela emergiram, que o aspecto econômico serve de base para os sentidos atribuídos ao patrimônio de caráter imaterial e isso se deve em parte pela cultura capitalista do mundo ocidental, inclusive no âmbito do capital simbólico, envolvendo até mesmo os técnicos, enquanto mediadores no processo político, ou enquanto reprodutores de formas e estratégias de ação. Observou-se que a tradicionalidade, os aspectos históricos e culturais se justificam pelo valor econômico que predomina pela própria funcionalidade a que se destina a proteção de um bem como patrimônio. Há de se considerar, entretanto, que, para que os bens culturais que compõem o patrimônio imaterial se tornem representativos do universo simbólico que reflete a diversidade e a identidade cultural de Minas Gerais, seriam necessárias ações que pudessem introduzir a questão do patrimônio e seus significados no âmbito dos interesses da sociedade, o que parece ser, atualmente, uma preocupação entre os técnicos do IEPHA – MG. As políticas culturais devem tomar as práticas sociais, suas representações e interpretações como base para o estabelecimento de um patrimônio que possibilite um sentimento de pertencimento no que se refere ao seu ambiente social, mesclando, assim, passado, presente e futuro, através dos usos e relações sociais gerais e fortalecendo as práticas de cidadania. Práticas que possibilitem, mesmo em relação a tamanha diversidade, pontos de identificação a todos os grupos e indivíduos, com o estabelecimento de tolerância e respeito às diferenças de modos de pensar, agir e sentir que caracterizam a vida humana.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; tradição; memória coletiva; identidade cultural; produção de sentidos; políticas de preservação.

Abstract

This thesis purposes to analyze the process of construction of the intangible cultural patrimony in the preservation public policies in Minas Gerais, verifying the meaning attributed to it. It was adopted a qualitative content analysis of semi-structured interviews applied to some technicians responsible for the survey and patrimonial registries of IEPHA – MG. Some objects of analysis, such as the cheese from Serro – MG, the cachaça from Minas Gerais and the law of ICMS, were selected in order to verify some common significant elements that are present and remarkable on the political processes of preservation of the intangible patrimony in the state of Minas Gerais. One tried to outline the contributions that may be brought by Social Psychology to the studies that focus the discussion about preservation of historic-cultural patrimony in Brazil. In order to do so, some themes as cultural patrimony, cultural identity, collective memory and tradition were discussed here in a constructionist and interdisciplinary perspective, what enabled analysis based on a concise theoretical sustentation. That is the way it would be possible to achieve the objectives of this thesis. At the end of the analysis and from the inferences that came up with it, one realized that the economic aspect serves as basis for the signification attributed to intangible patrimony due to the capitalistic culture, including the field of symbolic capital. It involves even the technicians themselves, as mediators on the political process or as reproducers of forms and strategy of action. It was observed that the traditional, the historical and the cultural aspects are justified by an economic value that prevails over the others by the functionality that the protection of an asset as patrimony destines to. Nevertheless, it is considered that would be necessary actions that could introduce the heritage question and its meanings in the ambit of the interest of the society, in order to make the cultural assets that constitute the intangible patrimony become representatives of the symbolic universe that reflects the diversity and cultural identity in Minas Gerais. That is the question that appears to be, nowadays, one of the preoccupations among the technicians of IEPHA – MG. The cultural policies must take the social practices, its representations and interpretations as the basis for the establishment of a patrimony that brings up a feeling of fitting to its social environment, joining, this way, past, present and future, through its uses and general social relationships and strengthening the citizenship practices. These practices must allow, even though among such diversity, identification points to all groups and individuals, establishing tolerance and respect to differences of thinking, acting and feeling that distinguish the human life.

Key-words: Cultural patrimony; tradition; collective memory, cultural identity, production of signification; preservation policies.

Lista de Ilustrações

Figura I – Etapas da análise de conteúdo nas entrevistas com técnicos do IEPHA responsáveis por processos de levantamento e registro de patrimônio imaterial em Minas Gerais	103
Figura II – Relação entre eixos temáticos, categorias, conteúdo e frequência nas entrevistas.....	149 – 151

Sumário

Introdução	15
Sobre a trajetória	15
Primeiras preocupações com as questões culturais	16
As discussões iniciais	18
O emergir do tema... ..	22
...e sua circunscrição atual: Objetivos	26
Capítulo I. Patrimônio cultural: um conceito em construção	30
1.1. Da materialidade à imaterialidade	30
1.2. Trajetória da preservação patrimonial no Brasil	39
1.3. Aspectos políticos e constitucionais da preservação patrimonial no Brasil	43
Capítulo II. A preservação patrimonial em Minas Gerais: Histórico, organização e atuação do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais	48
Capítulo III. A questão da preservação patrimonial e suas relações com a Psicologia Social	52
3.1. O conceito de cultura: Da etimologia à Psicologia Social	58
3.2. Tradição	72
3.3. Memória Coletiva	76
3.4. Identidade Cultural	80
Capítulo IV. Aspectos metodológicos	87
4.1. Características da pesquisa	87
4.2. Sujeitos da pesquisa	88
4.3. Coleta dos dados	90
4.4. Sobre a análise dos dados: a análise de conteúdo.....	93

Capítulo V. Análise de conteúdo e resultados	102
5.1. Análise do material.....	104
5.1.1. Processo de categorização	104
5.1.2. Esquemas de associação	120
5. 2. Inferências e interpretação	152
Capítulo VI. Considerações finais	166
Referências	172
Anexos	178
Anexo A	179
Anexo B	185
Anexo C	187
Anexo D	188

Introdução

Sobre a trajetória

A idéia de se pesquisar sobre a construção do patrimônio imaterial nas políticas de preservação cultural decorre de vários questionamentos que emergiram já no início da minha graduação em Psicologia e a partir do trabalho de extensão universitária realizado desde 1999 junto ao Grupo de Projeções Folclóricas Sarandeiros, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG. O trabalho do grupo consiste no estudo e na difusão, de caráter artístico, de manifestações do folclore e da cultura popular tradicional brasileira – dentre danças, músicas, folguedos e ritos – como forma de auxiliar, em tempos de globalização e massificação, na conscientização da diversidade cultural que caracteriza o Brasil e, conseqüentemente, no reconhecimento e valorização de nossos costumes e tradições populares¹.

Desde as pesquisas de campo junto às comunidades e grupos, nos quais se buscavam elementos de inspiração e que possibilitassem o trabalho de elaboração e concepção cênica dos espetáculos, havia uma imensa preocupação na forma de apreender os significados expressos nas manifestações e de proporcionar ao público, sejam espectadores nos teatros e festivais ou alunos das

¹ O Grupo Sarandeiros atua em parceria com diversas escolas de Belo Horizonte e interior de Minas Gerais. Encontrou na Educação um local de destaque, por se tratar de um campo que possibilita aos indivíduos a transmissão de conhecimentos gerais voltados para o seu desenvolvimento, dentre eles o conhecimento de sua própria cultura e sua diversidade, no caso do Brasil.

aulas de dança do projeto de extensão², a compreensão de cada elemento simbólico que caracterizava as tradições e o que denominamos de cultura popular tradicional ou folclore. Muitas vezes esse trabalho se mostrou mais difícil do que imaginávamos! Foram necessários diálogos incessantes entre o trabalho de caráter artístico com a Antropologia, a Sociologia e com a Psicologia a fim de buscar maior embasamento teórico e alcançar nossos objetivos, sem correr o risco de inferir, influenciar ou mesmo transformar nosso objeto de estudo, além de questionar sempre o nosso papel ético durante o processo.

Primeiras preocupações com as questões culturais

A noção de cultura adquiriu, assim, um novo enfoque, para além de definições que, mesmo complexas e abrangentes, como as utilizadas pelas ciências sociais por muito tempo, especialmente a antropologia clássica (CRESPI, 1997), não nos permitia adentrar o universo de significados através do próprio grupo e seus indivíduos. Nesse processo, pude perceber que cultura não se apreende somente através de métodos formais; ela abraça o indivíduo, dando-lhe uma dimensão simbólica própria, que serve de base para a formação das próprias personalidades subjetivas, das formas mentais e da organização social (GOMES & PEREIRA, 1992). E para compreendê-la é preciso pensar sobre os métodos, questionar a ciência, as formas de perceber a realidade de algo que, como no

² O Grupo Sarandeiros mantém junto à Universidade Federal de Minas Gerais o projeto de extensão intitulado “Escola de dança e ritmo – Sarandeiros”, no qual são ministrados gratuitamente cursos de danças (danças populares, dança de salão, jazz, balé clássico) e de musicalização na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional e no Colégio Técnico. Maiores informações pelo CENEX/EEFFTO, na UFMG.

caso da cultura, se expressa em alguém, muitas vezes classificado como “objeto” de uma pesquisa. Trata-se, na verdade, de um “sujeito”, que detém os saberes que nos interessam numa investigação. Para compreendê-lo, seria preciso dar-lhe voz, dar-lhe espaço para demonstrar o que lhe é próprio, único, e não dizer por ele, como há muito tempo vem ocorrendo nas ciências humanas.

Necessária se fez a busca de novas perspectivas e novas categorias de análise. Perceberam-se assim os processos de subjetividade que envolvem a cultura, a identidade cultural dos grupos e indivíduos e a manutenção das tradições (FERREIRA & ORRICO, 2002). Descobri, por fim, que compreender meu objeto de estudo naquele momento, ou seja, as manifestações culturais em sua essência, não seria possível sem compreender também o homem, sua experiência individual e social, subjetiva e intersubjetiva, sem compreender esse sujeito formador e transformador da sua cultura, do seu patrimônio cultural, que convive com inúmeras tradições de seus ancestrais, seja preservando-as ou transformando-as de acordo com a dinâmica de suas necessidades pessoais ou coletivas, transmitindo sua cultura às gerações como patrimônio e testemunho do passado de um povo.

As aulas de “Psicologia e Cultura” ministradas pelo Professor Dr. Miguel Mahfoud foram bastante enriquecedoras por proporcionar esses outros possíveis olhares.

Comecei assim a perceber o quão valorativas são algumas formas e expressões culturais para seus grupos, caracterizadas como parte de suas histórias e memórias, como justificativa para suas vidas, como seu patrimônio. A cultura nesse caso ganha uma dimensão não exterior aos indivíduos, como

produto, mas uma dimensão interior e substancial a eles, a partir da experiência, que “evidencia o significado que caracteriza o ser do homem” (MAHFOUD, 2003, p.140).

As discussões iniciais

Os primeiros entraves nas discussões sobre cultura, inclusive no trabalho de pesquisa realizado junto ao Sarandeiros, surgiram devido à abrangência conceitual da própria definição da cultura como o conjunto de modos de ser, viver, pensar e falar de uma dada formação social, ou ainda, como todo conhecimento que uma sociedade tem de si mesma, sobre outras sociedades, sobre o meio material em que vive e sobre sua própria existência, inclusive as formas de expressão simbólica desse conhecimento através de idéias, da construção de objetos e das práticas rituais e artísticas (LARAIA, 2002).

Houve entraves também quanto às distinções e classificações sobre os tipos e formas de cultura. A expressão “cultura popular”, associada normalmente ao termo “folclore”, nosso objeto de pesquisa no grupo Sarandeiros, sintetiza uma série de conhecimentos heterogêneos que constituem os saberes do povo. Além da heterogeneidade, que torna impreciso e dificilmente delimitado o termo cultura popular como objeto, existe a questão do reconhecimento da forma popular de conceitualização de mundo como saber (GOMES & PEREIRA, 1992). Na oposição que se estabelece entre a cultura erudita e a cultura popular, discute-se na realidade a presença ou a ausência de conhecimentos eficazes para o ser humano. Essa eficácia parece estar ligada ao domínio das universidades e das

academias, que dariam ao homem a solução para o seu “estar no mundo”: o conhecimento legitimado pela ciência positivista, responsável pela civilização técnica, cujos ganhos em saúde, conforto e estimulação intelectual fizeram dos humanos os senhores de seu mundo (GOMES & PEREIRA, 2002).

Não há dúvidas das maravilhas advindas desse modelo cultural, mas se questiona até que ponto ele deve se impor enquanto herança à qual o ser humano não se pode furtar. E existem outras formas de conhecimento capazes também de promover o sustento e a sobrevivência das pessoas, conforme suas necessidades, baseadas em outros valores, não menos válidos, que orientam e dão significado à vida em sociedade. O povo tem saberes fundados na historicidade, na experiência acumulada por gerações de antepassados que aprenderam o mundo fora do paradigma da sabedoria erudita (WERNECK, 2003). A cultura popular é, portanto, a manifestação de um sistema significativo de um conjunto de representações simbólicas geradas na ação social, dependente dos papéis e posições ocupados pelos membros dos grupos dominados nos espaços permitidos pelas forças da hegemonia (GOMES & PEREIRA, 2002).

Dessa forma, como expressão significativa, a cultura popular recria os elementos adotados de outros modelos, inserindo-os com um novo significado, num fluxo contínuo e dialético, permitindo ainda o posicionamento e o enraizamento do indivíduo. O que importa estabelecer aqui é a referência ao significado, ou melhor, a intencionalidade da ação, enquanto expressão de indivíduos dotados de consciência de si. Para Weil (2001), a questão do enraizamento numa cultura é, talvez, a necessidade mais importante e desconhecida da alma humana.

O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. [...] Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber quase que a totalidade de sua vida moral, intelectual e espiritual, por intermédio dos meios de que faz parte naturalmente. (WEIL, 2001, p.347).

Muitos estudiosos tendem a definir a cultura popular como equivalente a folclore³, definido sistematicamente pela Comissão Nacional de Folclore, através da Carta do Folclore Brasileiro de 1995, como

o conjunto das criações culturais de uma comunidade, baseado nas suas tradições expressas individuais ou coletivamente, representativo de sua identidade social. Constituem-se como fatores de identificação da manifestação folclórica: aceitação coletiva, tradicionalidade, dinamicidade, funcionalidade. Ressaltamos que entendemos folclore e cultura popular como equivalentes, em sintonia com o que preconiza a UNESCO . (COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE, 1995).

Embora bastante semelhantes, os termos se distinguem no que se refere às suas características funcionais. No caso do folclore, prevalecem a popularidade, o anonimato e a tradicionalidade. No caso da cultura popular, surge a questão inerente ao próprio termo “popular”, que pode estar associado à população em geral, ou seja, na coletividade, mas também se refere a um tipo de classe e estrato da sociedade. A cultura do povo seria uma cultura generalizada ou ainda

³ O termo *folclore* é aceito internacionalmente desde 1878 e apareceu escrito, pela primeira vez, na revista *The Athenaeum*, em Londres, criado pelo arqueólogo inglês William John Thoms, no dia 22 de Agosto de 1846, na tentativa de mostrar a necessidade da existência de um vocábulo destinado a denominar o estudo das tradições populares inglesas. O autor sugeria a junção das palavras *folk* (povo) e *lore* (sabedoria) para designar tal ocupação. Em: <http://www.folclore-online.com/glossario/f.html>. Acesso em 24/08/2006.

uma cultura inferior, em contraposição a uma cultura erudita dominante (CHAUI, 1989).

De acordo com Brandão (1986), ao contrário do que acontece com a cultura erudita ou popular, especialmente através dos meios de comunicação de massa onde os produtos culturais exibem padrões de curta duração, os do folclore, mesmo quando renovados por necessidade de adaptação a novos contextos, ou pela iniciativa criadora de seus praticantes, preservam por muito tempo os mesmos elementos dentro de uma mesma estrutura. Segundo o autor,

de um ponto de vista rigoroso, seriam expressões folclóricas aqueles fatos que no correr de sua própria reprodução de pessoa a pessoa, de geração a geração, foram incorporados ao modo de vida e ao repertório coletivo da cultura de um povo. (BRANDÃO, 1986, p.40).

Ainda de acordo com o autor, o caráter dinâmico das manifestações culturais impõe uma discussão que ora admite, ora recusa o folclore como possuidor de dinamismo. Este questionamento leva alguns autores a compreender o termo cultura popular como mais progressista, como um movimento, um meio para se chegar a um determinado fim, e o folclore como tradição, no sentido de uma cultura sem mobilidade, reacionária e alienada.

De qualquer forma, seja a partir da consideração sinonímica ou a partir da distinção em relação ao folclore, quando nos referimos à cultura popular é importante perceber que se trata de uma realidade cultural estruturada a partir das relações internas no coração da sociedade.

Na cultura popular, novo e arcaico se entrelaçam: os elementos mais abstratos do folclore podem persistir através dos tempos e muito além da imaginação em que formaram.[...] Tanto do ponto de vista histórico quanto do funcional, a cultura popular pode atravessar até mesmo a cultura de massa, tomando seus elementos e transfigurando esse cotidiano em arte. (BOSI, 1996, p.65).

Para Bosi (1996), a cultura popular vive atualmente uma nova fase: claramente não-folclórica; abertamente organizada em relação a leis de consumo; fortemente estruturada em função de um público-massa. Não mais organizada a partir somente da tradição, da espontaneidade e anonimato, mas voltada para a questão da generalidade, da homogeneização. Talvez esse seja o ponto principal para estabelecermos distinção conceitual entre os termos: sua funcionalidade nos padrões de vida atuais.

O emergir do tema...

A partir da idéia de se pensar a cultura organizada em relação a leis de consumo, adentrei numa nova área, que nunca esteve presente nas investigações junto ao Grupo Sarandeiros, mas que se tornou não menos dispensável nas pesquisas junto às comunidades para compreender os significados de suas expressões culturais: a política.

A primeira grande dúvida que surgiu foi sobre a própria questão da preservação cultural. Parece coerente pensar que se deve preservar algo tido como bem cultural, seja de natureza material ou imaterial, de uma cultura específica, usando como justificativa sua relevância e seu significado para a

identidade e tradição da coletividade, seja uma comunidade, um grupo específico, ou até mesmo uma nação. Mas parece também coerente pensar que se deve preservar aquilo que corre risco de se perder ou se transformar, preservar aquilo que está prestes a se findar. Não haveria aqui uma contradição? Se o que se preserva é realmente significativo para a coletividade, que lógica estaria implicada nesse processo de preservação? Correria(m) o(s) bem(s) a ser preservado(s) o risco iminente da perda e do esquecimento? Caso isso aconteça, não seria porque perdeu justamente seu significado para a coletividade, o que o torna um bem relevante e coletivo? A questão que emerge é: o que se deve preservar, por que se deve preservar algo e contra quem?

Segundo Werthein (2003), é preciso perceber que a cultura tem também um significado econômico.

A cultura é hoje um dos setores de mais rápido crescimento nas economias pós-industriais. Conhecer o seu funcionamento, além de ampliar seu desempenho como um fator de ingresso para a economia, nos permitirá associar a melhoria de condições de vida como parte da mesma estratégia, favorecendo a criação endógena, a melhor organização do processo de produção e acesso aos bens culturais. (WERTHEIN, 2003, p.15).

Entretanto, quando a questão econômica se vê entrelaçada a questões culturais, surge também a questão das relações de poder entre classes e grupos sociais.

E foi exatamente a partir da preocupação em garantir a alguns grupos menos favorecidos condições de preservação de suas expressões – muitas vezes transformadas não por desejos ou ressignificações que lhes sejam próprios, mas

por necessidades externas, a partir das influências da mídia ou de classes mais favorecidas, cuja visão de cultura parece nos remeter exatamente ao aspecto mercadológico, da exterioridade, de algo que se caracteriza pelo “ter” ou “não ter” – é que pode perceber a importância da estruturação e aplicabilidade das atuais políticas culturais no Brasil. Para garantir aos grupos condições de manutenção de suas expressões, a preservação deveria estar voltada muito mais aos agentes culturais, ou seja, aos “produtores” de cultura do que necessariamente nos produtos culturais em si.

Numa pesquisa inicial, de caráter exploratório, sobre os mecanismos legais de preservação cultural no Brasil, pude perceber que a questão da preservação por vezes pode ultrapassar o âmbito do discurso, através de instrumentos já garantidos por leis federais e presentes em nossa constituição⁴. Percebe-se que alguns grupos, uma vez envolvidos e guiados por senso político, dispõem de mecanismos nos espaços de negociação que lhes garantem efetivamente o direito ao patrimônio cultural e à sua identidade, desde que exista articulação e coesão entre suas propostas e objetivos, como forma de protegê-los aos efeitos externos do sistema mercadológico⁵.

No caso das políticas de preservação do patrimônio cultural, percebe-se que os processos e mecanismos de proteção podem estar voltados a questões que seguem uma lógica por vezes mercadológica e especulativa, segundo

⁴ O segundo capítulo deste projeto faz referência a tais mecanismos. Para maiores informações, entretanto, ver: BRASIL. **Constituição Federal**. São Paulo: Editora dos Tribunais, 1999.

⁵ Para ilustrar essa questão, ressalta-se aqui o processo de registro do Queijo da cidade de Serro em Minas Gerais, onde, segundo dados do IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – de Minas Gerais, os produtores se uniram inclusive como forma de resistência frente às grandes empresas de laticínios, que dispunham de vantagens tecnológicas, o que poderia prejudicar a produção tradicional de caráter artesanal. Para maiores informações, consultar www.ipac.iepha.mg.gov.br.

interesses dos grupos políticos dominantes e das distinções entre os tipos de bens, sejam materiais (sobre os quais é mais fácil, inclusive, perceber uma valorização mercadológica) e imateriais, de modo que muitas vezes os grupos minoritários, sua memória e identidade, ficam a mercê de decisões alheias, mesmo porque, no caso do Brasil, segundo Chauí (1989), trata-se de

uma sociedade na qual a esfera pública nunca chega a constituir-se como pública, definida sempre e imediatamente pela exigências do espaço privado, de forma que a vontade e o arbítrio são as marcas do governo e das instituições “públicas”. (p.55).

Em termos ideológicos, ao patrimônio cabe, na maioria das vezes, o papel de produto que se destina a um outro, como algo que possa ser contemplado – como se pode perceber através das ações de turismo ou da elaboração de selos de autenticidade como garantia de patente –, desde que sejam atendidos os interesses econômicos de quem o promove e assim o qualifica. Na esfera da memória social, vale ressaltar ainda que a lembrança ou estabelecimento de algo como significativo da memória de povo impõe também o esquecimento de outros aspectos culturais que também possam ser relevantes, mesmo que não sejam para os grupos dominantes que instituem certos discursos políticos.

Percebe-se, dessa forma, que inúmeras são as contradições nas políticas públicas, de modo que, aos dirigentes ou representantes de grupos menos favorecidos, caber-lhes-ia levantar questionamentos relevantes sobre tais posturas, buscando a mobilização para a ação social, a fim de garantir-lhes o direito já estabelecido por lei, mesmo que ideologicamente, de usufruto de sua própria cultura e cidadania, já que, como afirma Burity (2002, p.48) “a política, nos

últimos tempos, está em toda parte e não espera processos de socialização para se instalar”.

O projeto inicial de mestrado, inclusive, propunha o estudo da ação coletiva como instrumento de garantia da preservação cultural como uma possibilidade de se trabalhar junto aos grupos e comunidades específicas, juntamente com a educação, que seria, a princípio, o local da prática, do desenvolvimento da consciência política e cultural. Entretanto, por questões de viabilidade na realização desta pesquisa, decidi focar a própria construção do patrimônio cultural – especificamente de caráter imaterial – e o sentido a ele atribuído, já que, assim como o conceito de cultura, ao qual se dedica parte desta dissertação, abrange questões variáveis conforme os grupos, instituições e seus espaços de significações.

... e sua circunscrição atual: Objetivos

Interessa-nos, pois, como objetivo principal desta pesquisa, ***analisar o processo de construção do patrimônio cultural imaterial nas políticas de preservação em Minas Gerais e os sentidos a ele atribuídos a partir do trabalho dos técnicos das instituições responsáveis pelo registro e proteção dos bens patrimoniais***, em decorrência de seu importante papel e trabalho, seja na coleta de dados e informações sobre a história e a relevância de determinados bens junto às comunidades, seja na formulação de perspectivas de atuação. Acredita-se aqui que são eles os mediadores entre a instituição e o público interessado na proteção de seus bens, por se tratar de um ponto de intersecção

entre as partes envolvidas nas políticas de preservação. Enfatizam-se os termos “processo”, por se tratar de um fato em andamento, e “construção”, já que o conceito de patrimônio imaterial ainda se encontra em fase de elaboração nas políticas públicas de preservação patrimonial, devido à abrangência que por vezes possa assumir e às controvérsias geradas no intuito de delimitá-lo, o que auxiliaria, por sua vez, na adoção e na efetivação de medidas e instrumentos legais de preservação mais concisos e adequados.

Como objetivos específicos, interessa-nos:

- Verificar a relação dos técnicos junto à instituição escolhida, a fim de identificar as diretrizes por ela utilizadas que norteiam o trabalho técnico, em seu aspecto normativo, percebendo o que é por eles apropriado;
- Verificar a relação dos técnicos junto às comunidades e produtores culturais, enquanto mediadores do processo de preservação patrimonial, em seu aspecto pessoal e profissional;
- Avaliar o significado de patrimônio cultural imaterial expresso no trabalho técnico realizado junto a processos de registro e salvaguarda de bens culturais, como forma de articulação criteriosa entre teoria e prática, entre os aspectos institucionais e os aspectos pessoais.

Acredita-se que a partir dos resultados encontrados, poder-se-á ter elementos mais significativos que possam auxiliar nas discussões e formulações de métodos de investigação e proteção patrimonial e até mesmo a compreender as dificuldades encontradas na implementação e funcionamento das políticas públicas de preservação patrimonial.

No primeiro capítulo, intitulado “Patrimônio cultural: um conceito em construção”, discorre-se sobre o conceito de patrimônio cultural e sua dificuldade de concepção, seja pela abrangência, seja pelo aspecto da aplicabilidade nas políticas públicas. Apresenta-se uma discussão sobre a imaterialidade associada ao patrimônio, ou seja, o âmbito dos significados que se agregam aos bens, assim como um breve histórico da trajetória das políticas de preservação patrimonial no Brasil, das preocupações iniciais com os bens edificados aos bens imateriais.

O segundo capítulo faz uma apresentação, de forma descritiva, da preservação patrimonial em Minas Gerais através do IEPHA, órgão público a que estão vinculados os sujeitos desta pesquisa (técnicos responsáveis pelos levantamentos e registro de bens patrimoniais de natureza imaterial), devido à relevância de sua atuação nas políticas de preservação patrimonial no estado de Minas Gerais.

No terceiro capítulo, expõe-se a perspectiva teórica que orienta esta pesquisa, assim como discussões de caráter interdisciplinar sobre termos que servem para legitimação dos discursos políticos de preservação patrimonial no Brasil – especialmente cultura, tradição, memória coletiva e identidade cultural – e suas relações com a Psicologia Social, marcando, desta forma, o lugar e o posicionamento do pesquisador frente a seu objeto.

O quarto capítulo abrange os aspectos metodológicos, as etapas do processo e os instrumentos de coleta, interpretação e análise dos dados, com especial ênfase na análise de conteúdo associada à perspectiva construcionista em Psicologia Social.

Seguem-se, respectivamente no quinto e no sexto capítulo, as etapas e resultados da análise de conteúdo aplicada às entrevistas com os técnicos envolvidos em processo de levantamento e registro de patrimônio imaterial no IEPHA-MG e as conclusões provenientes das inferências feitas a partir dos resultados, respondendo, assim, aos objetivos gerais e específicos deste trabalho e, também, levantando novas questões sobre as políticas de preservação patrimonial no Brasil.